

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Hudson Shiguer Kinashi
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Olavo Monteiro Mascarenhas

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3318-2160 e-mail: caodh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA N° 4294/2019-PGJ, DE 19.11.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Luciana Moreira Schenk 2 (dois) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2017 a 6 de janeiro de 2018, por ter atuado no período de 20 a 26.12.2017, a serem usufruídos nos dias 22 e 25.11.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 4295/2019-PGJ, DE 19.11.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Lia Paim Lima	16 e 17.6.2017	5 e 6.12.2019
Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior	2.9, 1º e 2.12.2018; 9 e 10.2.2019	25, 26, 27, 28 e 29.11.2019

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 4300/2019-PGJ, DE 19.11.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “P” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 2º Promotor de Justiça de Bonito, Alexandre Estuqui Junior, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências do Juizado Especial Adjunto da referida Comarca, no dia 29.10.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 4302/2019-PGJ, DE 19.11.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “P” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça Cristiane Mourão Leal Santos, Gerson Eduardo de Araújo, Marcos Roberto Dietz, Thalys Franklyn de Souza e Tiago Di Giulio Freire para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nas fases da persecução penal do Processo nº 0915362-43.2019.8.12.0001, em trâmite perante a 4ª Vara Criminal Residual da comarca de Campo Grande.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 4303/2019-PGJ, DE 19.11.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4030/2019-PGJ, de 30.10.2019, que designou Promotores de Justiça para participarem do Mutirão do Júri para julgamento de processos na 2ª Vara do Tribunal do Júri da comarca de Campo Grande, de forma que, onde consta:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	PROCESSOS	DATA
Clarissa Carlotto Torres	0039892-73.2018.8.12.0001	26.11.2019

Passe a constar:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	PROCESSOS	DATA
George Zarour Cezar	0039892-73.2018.8.12.0001	26.11.2019

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 4316/2019-PGJ, DE 20.11.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 2º Promotor de Justiça de Bonito, Alexandre Estuqui Junior, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a Sessão Plenária do Tribunal do Júri da referida Comarca, no julgamento do Processo nº 0001200-89.2016.8.12.0028, no dia 12.11.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 4320/2019-PGJ, DE 20.11.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 2ª Promotora de Justiça de Ponta Porã, Patrícia Almirão Padovan, para, sem prejuízo de suas funções, atuar juntamente ao Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial, GACEP, na realização das visitas previstas no artigo 4º, I, da Resolução CNMP nº 20/2007 e artigo 17, § 1º, da Resolução nº 0002/2015-CPJ, de 19.3.2015, na comarca de Bataguassu, pelo período de 1 (um) ano (Processo PGJ/10/1772/2015).

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4321/2019-PGJ, DE 20.11.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Acrescentar o Promotor de Justiça abaixo relacionado na Portaria nº 1920/2019-PGJ, de 3.6.2019, que estabeleceu a escala de férias individuais dos Promotores de Justiça, referente ao segundo semestre de 2019:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
	1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Antonio André David Medeiros				13 a 22.11.2019

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4324/2019-PGJ, DE 20.11.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça de Campo Grande Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos, Aline Mendes Franco Lopes e Livia Carla Guadanhim Bariani para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nos autos de inquérito policial e posteriores ações penais oriundas da Força-Tarefa instituída pela Portaria/DGPC/SEJUSP/MS nº 144, de 31.10.2018, até ulterior deliberação.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4325/2019-PGJ, DE 20.11.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 21.10.2019, a Portaria nº 2451/2019-PGJ, de 9.7.2019, que designou a Promotora de Justiça Clarissa Carlotto Torres para coadjuvar na 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4296/2019-PGJ, DE 19.11.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 69/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Murilo Rolim Neto, Diretor da Secretaria de Administração; 1.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 2) Fiscal – Megaron Molossi, Analista/Arquitetura; 2.1) Suplente – Renato Boggi Rodrigues, Chefe do Departamento de Engenharia (Processo PGJ/10/2980/2019).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 4297/2019-PGJ, DE 19.11.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 73/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Murilo Rolim Neto, Diretor da Secretaria de Administração; 2) Fiscal Técnico – Megaron Molossi, Analista/Arquitetura; 2.1) Suplente – Renato Boggi Rodrigues, Chefe do Departamento de Engenharia; 3) Fiscal Administrativo – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 3.1) Suplente – Marlon Eduardo D’Andrea Santos, Chefe do Núcleo de Gestão de Notas Fiscais e Faturas (Processo PGJ/10/4458/2019).

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 4301/2019-PGJ, DE 19.11.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 72/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Laura Regina Barbosa Victor Chaparim, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal – Elias Vitorino Filho, Chefe da Divisão de Transporte; 2.1) Suplente – Elvys Tomas Bernal, Chefe da Divisão de Almoxarifado (Processo PGJ/10/3133/2019).

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

CONSELHO SUPERIOR

DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

7. Ordem do dia:**7.1. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:****7.1.1. RELATOR-CONSELHEIRO SILVIO CESAR MALUF:****1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000366-7**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a noticiada má-gestão de dinheiro público pela necessidade constante de bloqueio de valores da conta da Prefeitura de Três Lagoas para tratamentos particulares na área de saúde, pela inércia no cumprimento da ordem judicial.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE TRÊS LAGOAS - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - INÉRCIA NO CUMPRIMENTO DE DECISÕES JUDICIAIS ENVOLVENDO O DIREITO À SAÚDE DE CIDADÃOS TRÊS-LAGOENSES, QUE CULMINARAM NO BLOQUEIO DE NUMERÁRIO PÚBLICO - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - ATO ÍMPROBO NÃO CONSTATADO - NÃO AFERIÇÃO DE DOLO PERDA DE OBJETO - HOMOLOGAÇÃO. Promoção de arquivamento homologada, porquanto os elementos constantes nos autos

revelam que o descumprimento das decisões judiciais não decorreu da má-fé ou do dolo dos agentes públicos, o que é imprescindível para a caracterização de ato de improbidade administrativa, tornando, portanto, despidendo a intervenção ministerial em âmbito administrativo e sobretudo judicial.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001887-1

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Histórico e Cultural da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Coxim

Assunto: Apurar irregularidades na Biblioteca Pública de Coxim, utilizada pelos estudantes do município.

Advogado: Douglas Wagner Van Spitzenbergen

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COXIM - PATRIMÔNIO CULTURAL – APURAR IRREGULARIDADE NA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL - EXISTÊNCIA DE INQUÉRITO CIVIL, PRESIDIDO PELO MEMBRO TITULAR DA 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COXIM, QUE POSSUI OBJETO IDÊNTICO AO PRESENTE E ESTÁ EM FASE DE ELABORAÇÃO DE MINUTA PARA A PROPOSIÇÃO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA - DESNECESSIDADE DE CONTINUAÇÃO DA PRESENTE INVESTIGAÇÃO - HOMOLOGAÇÃO. Promoção de arquivamento homologada, eis que constatado nos autos a existência do Inquérito Civil nº 06.2018.00002563-9, presidido pela 1ª Promotoria de Justiça de Coxim, que possui objeto idêntico ao deste procedimento e está em fase de ajuizamento de Ação Civil Pública. Além disso, com base em consulta ao SAJMP, obtém-se que o referido Inquérito Civil possui em seu bojo elementos de informação constantes neste procedimento, tornando-se despidendo o envio de cópia deste feito à 1ª Promotoria de Justiça de Coxim.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2019.00000272-8

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Bataguassu

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Santa Rita do Pardo

Assunto: Apurar suposta omissão do Poder Público Municipal de Santa Rita do Pardo no que tange ao fornecimento de medicamentos e assistência aos irmãos Maria Aparecida dos Santos, Antônio Pedro dos Santos e Celina dos Santos.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BATAGUASSU - REPRESENTAÇÃO ANÔNIMA – GARANTIAS CONSTITUCIONAIS - SUPOSTA OMISSÃO DO PODER PÚBLICO EM FORNECER MEDICAMENTOS E ASSISTÊNCIA A CIDADÃOS - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - IRREGULARIDADE NÃO CONSTATADA - INCOLUMIDADE DO DIREITO À SAÚDE - PERDA DO OBJETO - HOMOLOGAÇÃO. Promoção de arquivamento homologada, pois os elementos de informação colhidos nos autos foram suficientes para ilidir os termos da representação anônima que o ensejou, revelando-se a incolumidade do direito à saúde dos irmãos apontados pelo representante, os quais têm amplo acesso à rede pública de saúde municipal por meio de acompanhamento médico e assistência farmacêutica.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7.1.2. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00002564-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar denúncias sobre promoção pessoal por parte da Prefeita Maura Teodoro Jajah e Câmara de Vereadores, posto que estes estariam se valendo da contratação do “Jornal Folha da Região Norte” no sentido de promoverem-se politicamente, ofendendo desta forma o princípio da impessoalidade.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PEDRO GOMES/MS - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - REPRESENTAÇÃO - CONTRATAÇÃO DE VEÍCULO JORNALÍSTICO PARA FINS DE VEICULAÇÃO DE CONTEÚDO RELATIVO A PROMOÇÃO PESSOAL DE AGENTES POLÍTICOS - PRESIDENTE DA CÂMARA DOS VEREADORES - PREFEITA MUNICIPAL MAURA TEODORO JAJAH - IMPOSIÇÃO DE SANÇÕES PELO TC/MS - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. O Inquérito Civil em análise foi instaurado para o fim de apurar possível ato de improbidade administrativa em sede da contratação pela Câmara Municipal de Pedro Gomes/MS, de veículo jornalístico destinado a veiculação de conteúdos relativos a promoção pessoal de agentes políticos locais. Em sede de diligências, restou apurado a imposição de sanções pelo Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul

acerca dos fatos sob análise, reconhecendo-se o esvaziamento da investigação em comento. Devido ao caráter satisfativo das medidas adotadas e a resolutividade da atuação ministerial, a homologação da promoção de arquivamento do inquérito civil é medida que se impõe.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00003003-1

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Iguatemi

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Espólio de Paulo Fernando Lemos e AGESUL

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental na Fazenda Rancho Varredura e viabilizar sua integral reparação.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE IGUATEMI/MS - APURAÇÃO DA OCORRÊNCIA DE DANOS AMBIENTAIS NO IMÓVEL RURAL FAZENDA RANCHO VARREDURA - EROSÃO DECORRENTE DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO DA RODOVIA MS-180 PELA AGESUL - TRECHO ENTRE OS MUNICÍPIOS DE JUTI E IGUATEMI – DILIGÊNCIAS REALIZADAS - EXECUÇÃO DE MEDIDAS DE REPARAÇÃO ESPONTÂNEA REALIZADA PELO PROPRIETÁRIA DO IMÓVEL RURAL – INTERPOSIÇÃO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA RESPONSABILIZAÇÃO DO PODER PÚBLICO PELOS DANOS AMBIENTAIS - ESGOTAMENTO DO OBJETO DE APURAÇÃO - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. O Inquérito Civil em análise foi instaurado para fins de apurar danos ambientais ocorridos no imóvel rural “Fazenda Rancho Varredura”, localizado no município de Iguatemi/MS. Instruído o feito, restou comprovada a espontânea recuperação ambiental promovida pelo proprietário do imóvel rural supramencionado, bem como a interposição de Ação Civil Pública pleiteando-se responsabilização da requerida AGESUL em razão de danos ambientais ocasionados pela falta ausência de obras de contenção pluvial, decorrentes das obras realizadas na rodovia MS-180, entre os municípios de Juti e Iguatemi. Devido ao caráter satisfativo das medidas adotadas e a resolutividade da atuação ministerial, a homologação da promoção de arquivamento do inquérito civil é medida que se impõe.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00001057-9

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Boutique Gastronômica Ltda. EPP

Assunto: Apurar a ausência de acessibilidade no restaurante Cantina Romana.

Advogadas: Fabiana Pereira Machado - OAB/MS nº 13.349 e Emanuelle Rossi Martimiano – OAB/MS nº 13.260.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 67ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - NORMAS TÉCNICAS DE ACESSIBILIDADE -PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E/OU MOBILIDADE REDUZIDA - BOUTIQUE GASTRONÔMICA LTDA EPP - DILIGÊNCIAS REALIZADAS - NOTIFICAÇÃO À REQUERIDA - REALIZAÇÃO DE OBRAS PARA ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS DE REFERÊNCIA - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. O Inquérito Civil em análise foi instaurado para o fim de apurar descumprimento de normas de acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida por parte do estabelecimento comercial denominado Cantina Romana. Em sede de diligências, a administração do estabelecimento foi notificada a promover a realização das devidas obras de adequação, as quais deram conta de sanar as irregularidades noticiadas, conforme vistoria realizada pela SEMADUR. Devido ao caráter satisfativo das medidas adotadas e a resolutividade da atuação ministerial, a homologação da promoção de arquivamento do inquérito civil é medida que se impõe.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00001339-8

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Antônio Esnerio Albuquerque de Melo, Fazenda Virgem dos Milagres

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental na Fazenda Virgem dos Milagres, em Bela Vista-MS, de propriedade do senhor Antônio Esnerio Albuquerque de Melo e outros, em razão da supressão vegetal de 8,16 hectares de vegetação nativa.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BELA VISTA/MS - APURAÇÃO DA OCORRÊNCIA DE DANOS AMBIENTAIS NA VIRGEM DOS MILAGRES – DILIGÊNCIAS REALIZADAS - FORMALIZAÇÃO DE TAC - FIXAÇÃO DE INDENIZAÇÃO PELOS DANOS OCASIONADOS -

RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. O Inquérito Civil em análise foi instaurado para fins de apurar danos ambientais ocorridos no imóvel rural “Fazenda Virgem dos Milagres”, localizado no município de Bela Vista/MS. Instruído o feito, houve a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta TAC, com o respectivo recolhimento de indenização segundo o princípio do poluidor-pagador, a qual foi fixada em R\$ 2.000,00. Conforme previsão do artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça, a instauração de Procedimento Administrativo para acompanhamento de TAC celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios possibilita o arquivamento dos autos principais. Considerando a celebração de TAC, bem como do correspondente Procedimento Administrativo para o acompanhamento das cláusulas avençadas, deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

5. Inquérito Civil nº 06.2019.00000429-2

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Amambai e Mauro Jordão de Melo Bandeira

Assunto: Apurar denúncia de servidor público que supostamente recebe proventos do Município de Amambai sem a devida contrapartida de trabalho, conforme Notícia de Fato n.º 01.2019.00001418-0.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE AMAMBAI/MS - PATRIMÔNIO PÚBLICO - DENÚNCIA ANÔNIMA - SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE RECEBE PROVENTOS SEM A CORRESPONDENTE CONTRAPARTIDA LABORAL – DILIGÊNCIAS REALIZADAS - FATOS NÃO CORROBORADOS COM OS TERMOS DENUNCIADOS - CORREÇÃO DE IRREGULARIDADES RELATIVAS AO ATO DE CESSÃO DE SERVIDOR E REGISTRO DE PONTO - NÃO CONSTATAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - COMPROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO LABORAL PELO SERVIDOR INVESTIGADO – ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. O Inquérito Civil em análise foi instaurado para o fim de apurar denúncia anônima noticiando que o servidor público municipal Mauro Jordão de Melo Bandeira receberia proventos sem comparecer ao expediente. Em sede de diligências, constatou-se que, embora verificadas irregularidades relativas ao registro de ponto e ao ato formal de cessão de servidor público, estes foram corrigidos conforme impulso da representação ministerial, não sendo corroborados os termos denunciados e não se verificando, in caso, ato doloso apto a ensejar a prática de improbidade administrativa. Ao contrário, restou devidamente comprovada a prestação laboral pelo servidor investigado. Assim, devido ao caráter satisfativo das medidas adotadas e a resolutividade da atuação ministerial, a homologação da promoção de arquivamento do inquérito civil é medida que se impõe.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00000935-0

17ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Dourados, Délia Godoy Razuk, Renato Oliveira Garcez Vidigal e Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar eventual negligência dos requeridos na suspensão do fornecimento regular de dieta nutricional aos usuários do SUS em Dourados

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 17ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE DOURADOS/MS – SAÚDE PÚBLICA - POLÍTICA MUNICIPAL DE FORNECIMENTO DE DIETAS ENTERAIS PARA PACIENTES DA REDE PÚBLICA DE SAÚDE - SUBSTITUIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO INDUSTRIALIZADA POR ALIMENTAÇÃO ARTESANAL - INADEQUAÇÃO NA DISTRIBUIÇÃO – DILIGÊNCIAS REALIZADAS - RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 006/2018/17PJ/DOS - RECOMENDAÇÃO AO PODER PÚBLICO MUNICIPAL PARA RETORNO AO FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO INDUSTRIAL PARA OS PACIENTES DA REDE PÚBLICA - CUMPRIMENTO INTEGRAL DOS TERMOS DA RECOMENDAÇÃO - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O Inquérito Civil em análise foi instaurado para o fim de apurar interrupções no fornecimento de alimentação enteral a pacientes da rede pública no Município de Dourados/MS. Em sede de apuração, a municipalidade informou a implementação de programa de substituição de dietas industrializadas por dietas artesanais, o qual não se deu de modo a atender plenamente as necessidades individuais dos pacientes. Deste modo, foi expedida pela 17ª Promotoria de Justiça de Dourados a Recomendação Conjunta nº 006/2018/17PJ/DOS, determinando-se o retorno do fornecimento de alimentação industrializado, à qual houve atendimento pelo poder público local. Devido ao caráter satisfativo das medidas adotadas e a resolutividade da atuação ministerial, a homologação da promoção de arquivamento do inquérito civil é a medida que

se impõe.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7. Inquérito Civil nº 06.2019.00000497-0

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Amambai

Requerentes: Ministério Público Estadual e Geverson Vicentin

Requerido: Edinaldo Luiz de Melo Bandeira - Prefeito Municipal de Amambai

Assunto: Apurar denúncia de possível conduta improba em tese praticada pelo então Prefeito Municipal de Amambai ao barrar/vetar o ingresso de Vereador em reuniões, conforme Notícia de Fato nº 01.2019.00000728-9.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE AMAMBAI/MS - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - REPRESENTAÇÃO - TRANSPORTE PÚBLICO RODOVIÁRIO - REUNIÕES DE TRABALHO CONVOCADAS PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL - VEREADOR DO MUNICÍPIO DENUNCIANDO TER SEU INGRESSO OBSTADO EM REUNIÕES CONVOCADAS PELO PREFEITO MUNICIPAL - AUSÊNCIA DE INTERESSE PÚBLICO - NÃO CONSTATAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. O Inquérito Civil em análise foi instaurado para o fim de apurar representação formulada por Vereador do Município de Amambai, que alega ter seu ingresso obstado para participação em reuniões convocadas pelo Prefeito Municipal acerca do transporte rodoviário intermunicipal de estudantes, configurando possível ato de improbidade administrativa. Em sede de diligências, constatou-se que os fatos narrados não transcenderam a esfera do interesse jurídico do denunciante, não se revelando suficiente à configuração de ato de improbidade administrativa. Devido ao caráter satisfativo das medidas adotadas e a resolutividade da atuação ministerial, a homologação da promoção de arquivamento do inquérito civil é medida que se impõe.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7.1.3. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIBEIRO:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00003235-1

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a suposta prática de ato de improbidade administrativa ante a notícia da não prestação regular de contas pelo Conselho Municipal de Defesa do Consumidor de Naviraí, em continuidade às investigações desenvolvidas nos autos de Inquérito Civil nº 4/2016.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR A SUPOSTA PRÁTICA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA ANTE A NOTÍCIA DA NÃO PRESTAÇÃO REGULAR DE CONTAS PELO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR DE NAVIRAÍ - INEXISTÊNCIA DE DOLO - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADO - REGIMENTO INTERNO ELABORADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Denota-se que a presente promoção de arquivamento merece ser acolhida. Isto porque, não há nos autos elementos justificadores para a continuidade investigativa, porquanto inexistente qualquer indicativo de dolo ou culpa por parte do Município de Naviraí na irregularidade inicialmente apontada, não se vislumbrando, assim, indícios de atos ímprobos, uma vez que consoante informações prestadas pelo próprio Tribunal de Contas, dúvidas remanesçam acerca da forma pela qual as contas do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor, ou seja, se tais contas deveriam ser apreciadas juntamente com as contas do Município de Naviraí ou se as mesmas deveriam ser objeto de um procedimento próprio de fiscalização pelo TCE/MS. Outrossim, com relação ao segundo fato investigado, qual seja, que o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor de Naviraí estaria exercendo as suas atribuições à revelia de um regimento interno, constatou-se que tal irregularidade foi sanada, tendo em vista que fora publicado o Decreto nº 58, de 02 julho de 2019, o qual aprova o Regimento Interno nº 001/2019, dispondo sobre a estrutura organizacional do PROCON de Naviraí/MS.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002485-1

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Câmara Municipal de Ponta Porã

Assunto: Apurar ocorrência de nepotismo e irregularidades na nomeação e contratação de servidores pela Câmara Municipal de Ponta Porã/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR EVENTUAL OCORRÊNCIA DE NEPOTISMO E IRREGULARIDADES

DE NOMEAÇÃO E CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES PELA CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ/MS – DILIGÊNCIAS REALIZADAS - FORMALIZAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. No curso do procedimento, constatou-se a verossimilhança da irregularidade ensejadora do feito, razão por que o d. Promotor de Justiça de origem, pautando-se pela resolução consensual da problemática, propôs e logrou êxito em celebrar Termo de Ajustamento de Conduta com a Câmara Municipal de Ponta Porã, representada por seu Presidente Candido Felix Souza Gabínio. Dessa forma, tendo o Parquet instaurado o Processo Administrativo no SAJ/MP, para o acompanhamento e fiscalização do TAC, não remanescem providências a serem tomadas nestes autos (Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003208-8 fl. 592).

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00001700-2

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar omissão do Município de Campo Grande no monitoramento do licenciamento ambiental de indústrias do polo industrial, mormente de curtumes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR EVENTUAL OMISSÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE NO MONITORAMENTO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE INDÚSTRIAS DO POLO INDUSTRIAL, MORMENTE DE CURTUMES - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - ÓRGÃO AMBIENTAL CUMPRINDO SUAS OBRIGAÇÕES REFERENTES AO MONITORAMENTO DAS INDÚSTRIAS - REQUISIÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, tem-se que a presente promoção de arquivamento merece ser acolhida, tendo em vista que a SEMADUR demonstrou estar cumprindo sua competência administrativa, ou seja, fiscalizando o monitoramento das indústrias do polo industrial, ocasião em que foram apresentados os documentos pertinentes, vistorias técnicas realizadas e autos de infração lavrados, irregularidades estas que culminaram na requisição de inquérito policial no caso de ilícitos penais. Outrossim, restou determinada a instauração de três inquéritos civis, um para cada indústria (LPX, JBS e ADM).

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

4. Inquérito Civil nº 06.2019.00000484-8

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Adelvina Aparecida do Nascimento EPP, Município de Amambai/MS

Assunto: Apurar denúncia de possíveis irregularidades concernentes ao fornecimento e transporte de pedras pela empresa vencedora da licitação promovida pela Prefeitura Municipal de Amambai para pavimentação asfáltica e drenagem pluvial para a Rua Sete de Setembro, entre a Rua Arlindo Pinto e Rua Benjamin Martins Vila Cristina.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE AMAMBAI – DENÚNCIA ANÔNIMA - APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES CONCERNENTES AO FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE PEDRAS PELA EMPRESA VENCEDORA DA LICITAÇÃO PROMOVIDA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI PARA APVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM PLUVIAL - INOCORRÊNCIA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, tem-se que a presente promoção de arquivamento merece ser acolhida, tendo em vista que as irregularidades narradas na denúncia não foram confirmadas, uma vez que em diligência promovida no local, não se constatou depósito de pedras, bem como que a execução da referida obra estava realmente parada, tendo sido retomada no dia 28.03.2019, data está quase concomitante à data do Termo de Aditivo de supressão de valores do contrato (29.03.2019). Ante o exposto, da análise dos documentos acostados aos autos não restaram demonstradas as ilegalidades narradas na denúncia anônima inicial.

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

7.1.4. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000764-1

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades relacionadas à composição, tomada de decisões e ofensa à autonomia do

Conselho Municipal de Saúde,
bem como possíveis irregularidades na gestão dos recursos na área de saúde
no Município de Pedro Gomes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - NOTÍCIA DE SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - NÃO COMPROVAÇÃO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos que, consoante informações da Prefeitura de Pedro Gomes, todos os conselheiros do Conselho Municipal de Saúde estão regulares e sem qualquer tipo de impedimento para exercer a função. Há, ainda, estrutura para o correto funcionamento do órgão, com a requisição de mais materiais para o cumprimento de todas as exigências. Em relação a dotação orçamentária não se constatou qualquer irregularidade, havendo prestações de contas mensalmente. Por fim, a Ouvidoria Municipal de Saúde foi instituída no ano de 2014 e se encontra em pleno funcionamento. Desse modo, ante a não comprovação das irregularidades noticiadas, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001328-7

Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Prefeitura Municipal de Caracol-MS e Secretário Municipal de Educação de Caracol

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no serviço de transporte escolar
no município de Caracol-MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - OFENSA A DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS DA CRIANÇA - PÉSSIMO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DE ÔNIBUS UTILIZADOS NO TRANSPORTE ESCOLAR - INCONSISTÊNCIA DOS SERVIÇOS OFERTADOS - IRREGULARIDADE SANADA - ATUAÇÃO DO PARQUET COM RESOLUTIVIDADE – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que consoante informações prestadas pela Prefeitura de Caracol, a inconsistência dos serviços de transporte escolar rural ocorreu devido a fortes chuvas que danificaram pontes e estradas, tornando impossível o acesso. Informou, ainda, que até o reparo total das estradas afetadas, solicitou-se aos pais que levassem os alunos até os pontos em que ocorreram os desvios das rotas dos ônibus. Em relação a conservação da frota, realizou-se procedimento licitatório para a contratação de empresas especializadas em transporte escolar, bem como a respectiva apresentação de vistoria do DETRAN/MS de todos os veículos. Ademais, de acordo com as informações prestadas pela Câmara Municipal de Caracol e Conselho Tutelar, atualmente não há qualquer reclamação relacionada ao transporte escolar no município. Desse modo, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7.1.5. RELATOR-CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:

1. Inquérito Civil nº 06.2019.00000787-8

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Eldorado

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Paulo Lotário Junges

Assunto: Apurar possível ato de improbidade administrativa praticado pelo Assessor Jurídico do Município de Eldorado, em razão de ter deixado de praticar, indevidamente, ato de ofício.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE ELDORADO - VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO ADMINISTRATIVO – DEIXAR DE PRATICAR ATO DE OFÍCIO - ATO ÍMPROBO NÃO COMPROVADO - PRESCRIÇÃO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Impõe-se o arquivamento do Inquérito Civil instaurado para apurar eventual ato de improbidade dado pela violação ao princípio administrativo, em razão do Assessor Jurídico ter deixado de praticar, indevidamente, ato de ofício, quando transcorrido o prazo prescricional para a incidência reparatório-sancionatória das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000404-4

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na Carta Convite n. 22/2009, promovida pelo Município de Dois Irmãos do Buriti.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS DO BURITI - MANIFESTAÇÃO APÓCRIFA -

NOTÍCIA DE EVENTUAL IRREGULARIDADE EM PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - FALTA DE OBJETIVIDADE E DETALHAMENTO DA DENÚNCIA ANÔNIMA - NÃO COMPROVAÇÃO DO ATO ÍMPROBO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Arquiva-se o Inquérito Civil instaurado com o fim de apurar denúncia anônima que noticia eventual irregularidade em procedimento licitatório, quando se verifica a falta de objetividade e detalhamento de denúncia anônima, não sendo possível constatar os requisitos caracterizadores da improbidade administrativa, mesmo após procedida a análise contábil pelo DAEX.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2015.00000158-0

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ausência/diminuição de acessibilidade na calçada do Hipermercado Comper, localizado na Avenida Ceará, em Campo Grande.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - APURAÇÃO DE EVENTUAL FALTA DE ACESSIBILIDADE EM CALÇADA DE HIPERMERCADO - IRREGULARIDADE SANADA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Homologa-se a promoção de arquivamento de Inquérito Civil no qual se apurou falta de acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida em calçada de Hipermercado, haja vista a adequação do espaço arquitetônico pelo requerido no curso do procedimento, segundo as exigências feitas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00002027-7

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Sidrolândia

Assunto: Apurar possível dano ambiental causado em área de preservação permanente da Aldeia Nova Tereré.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA – DANO AMBIENTAL EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – PRADA APROVADO PELO DAEX - FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - CLÁUSULAS OBRIGACIONAIS FISCALIZADAS EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – APLICAÇÃO DAS RESOLUÇÕES 005/2012/CPJ E 015/2007/PGJ - INTELIGÊNCIA DO ENUNCIADO 09/2016/CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Procede o arquivamento de Inquérito Civil instaurado para apurar dano ambiental em área de preservação permanente, quando, no curso de seu trâmite, celebra-se Termo de Ajustamento de Conduta com o Município investigado, e instaura-se Procedimento Administrativo para acompanhamento das cláusulas obrigacionais.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

5. Inquérito Civil nº 06.2019.00000966-5

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Antonio Justino Torquato Barreto

Assunto: Apurar eventual dano ambiental decorrente do desmatamento de 4,13 hectares da Chácara 3T, sem autorização do órgão ambiental competente.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE COXIM – DESMATAMENTO FLORESTAL SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE - FORMALIZAÇÃO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS CLÁUSULAS DO ACORDO POR MEIO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - APLICAÇÃO DAS RESOLUÇÕES 005/2012/CPJ E 015/2007/PGJ - INTELIGÊNCIA DO ENUNCIADO 09/2016/CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. É de rigor o arquivamento de Inquérito Civil instaurado para apurar desmatamento florestal sem autorização do órgão ambiental competente, quando, no curso de seu trâmite, o Parquet formaliza Termo de Ajustamento de Conduta com o proprietário da área rural investigada, visando à solução consensual do objeto dos autos, restando apenas o acompanhamento e fiscalização do acordo, o que se dá por meio do Procedimento Administrativo instaurado no Sistema Eletrônico SAJ/MP, conforme dispõem as Resoluções n. 005/2012/CPJ e 015/2007/PGJ e o Enunciado n. 9/2016/CSMP.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

6. Inquérito Civil nº 06.2016.00000303-7

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Municípios de Chapadão do Sul e Paraíso das Águas

Assunto: Apurar irregularidades no serviço público de transporte escolar.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIOS DE CHAPADÃO DO SUL E PARAÍSO DAS ÁGUAS - INADEQUAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - DILIGÊNCIAS SATISFATÓRIAS - SERVIÇO PÚBLICO REGULARIZADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Homologa-se a promoção de arquivamento de Inquérito Civil instaurado para apurar relato de inadequação do transporte escolar, quando constatado, no curso dos autos, que os veículos vistoriados pelas Agências de Trânsito dos Municípios investigados encontram-se adequados ao traslado de crianças e adolescentes.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7. Inquérito Civil nº 06.2016.00000586-8

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aparecida do Taboado

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Paulo Stucchi

Assunto: Apurar a existência de erosão e assoreamento de uma nascente e de uma represa na propriedade rural denominada Fazenda das Araras, bem como promover a reparação de eventual dano ambiental.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE APARECIDA DO TABOADO - APURAÇÃO DE EROSÃO E ASSOREAMENTO - IRREGULARIDADES AMBIENTAIS SANEADAS - REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DA PROPRIEDADE RURAL INVESTIGADA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Homologa-se o arquivamento de Inquérito Civil instaurado para apurar a formação de processos erosivos e assoreamento em represa, após tomadas as providências necessárias ao saneamento do passivo ambiental e verificada a regularidade da propriedade rural investigada, conforme constatado pela Polícia Militar Ambiental.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

8. Inquérito Civil nº 06.2017.00000771-5

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Câmara Municipal de Camapuã

Assunto: Apurar eventual irregularidade no quadro de funcionários comissionados da Câmara Municipal de Camapuã.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE CAMAPUÃ – EVENTUAL IRREGULARIDADE NO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS COMISSIONADOS DA CÂMARA MUNICIPAL - NÃO COMPROVAÇÃO - CARGO DE ASSESSOR JURÍDICO – HIPÓTESE PREVISTA EM RESOLUÇÃO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Dá-se o arquivamento de Inquérito Civil instaurado com o fim de apurar eventual irregularidade no quadro de funcionários comissionados da Câmara Municipal, quando se verifica que o cargo de assessor jurídico em discussão é exercido de acordo com as disposições previstas na Resolução editada pela Casa de Leis.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

9. Inquérito Civil nº 06.2018.00001594-1

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Roberto Antunes Strang

Assunto: Apurar dano ambiental causado na Fazenda Boa Sorte, localizada às margens do Rio Apa.

Retirado de pauta a pedido do Relator.

10. Inquérito Civil nº 06.2018.00000967-2

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Framinio Ruiz Dias

Assunto: Apurar suposta prática de ato de improbidade administrativa consistente na subtração de um talonário de cheque da Escola Municipal Rural Nova Conquista pelo ex-Diretor da Associação de Pais e Mestres daquele estabelecimento de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE DOURADOS - MALVERSAÇÃO DE VERBAS FEDERAIS REPASSADAS AO MUNICÍPIO PARA APORTE FINANCEIRO AO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA

ESCOLA (PDDE/FNDE) - INTERESSE DA UNIÃO - APLICAÇÃO DA SÚMULA 208 DO STJ - DECLÍNIO DAS ATRIBUIÇÕES AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL HOMOLOGADO -INTELIGÊNCIA DO ENUNCIADO N. 16/2017/CSMP.

Correto o declínio de atribuição investigativa para o Ministério Público Federal nos casos em que haja repasse de verbas federais ao Município, para aporte financeiro ao Programa Dinheiro Direto na Escola PDDE, pois trata-se de recursos sujeitos à fiscalização do ente federal Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação FNDE.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o declínio de atribuição ao Ministério Público Federal, nos termos do voto do Relator.

11. Inquérito Civil nº 06.2018.00001042-4

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na Carta Convite n. 27/2009, referente ao Processo Administrativo n. 036/2009

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS DO BURITI - DENÚNCIA ANÔNIMA - NOTÍCIA DE EVENTUAL IRREGULARIDADE EM PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - MANIFESTAÇÃO ESCASSA DE DETALHES - NÃO COMPROVAÇÃO DO ATO ÍMPROBO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. É de rigor o arquivamento de Inquérito Civil instaurado com o fim de apurar denúncia anônima que noticia eventual irregularidade em procedimento licitatório, quando se verifica que a manifestação é despida de elementos mínimos a conduzir uma investigação precisa, não sendo possível constatar os requisitos caracterizadores da improbidade administrativa.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

12. Inquérito Civil nº 06.2017.00000270-9

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Jaraguari

Assunto: Apurar eventual irregularidade na supressão do adicional de produtividade dos servidores municipais de Jaraguari.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE JARAGUARI – APURAÇÃO DE IRREGULARIDADE NA SUPRESSÃO DE ADICIONAL DE PRODUTIVIDADE DE SERVIDORES MUNICIPAIS – DIREITO INDIVIDUAL DISPONÍVEL - NÃO OBJETO DE TUTELA MINISTERIAL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Arquiva-se o Inquérito Civil no qual se verifica a inexistência de direito a ser tutelado pelo Ministério Público, à medida que se trata de reclamação de possível irregularidade na supressão de adicional de produtividade de servidor municipal, o que é defensável pela via individual ou coletiva sindical.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7.1.6. RELATOR-CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:

1. Inquérito Civil nº 06.2017.00002318-1

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Vanessa Santana Martos

Assunto: Apurar possível ocorrência de dano ambiental consistente em possível desmatamento na área de reserva legal da propriedade rural denominada Fazenda Sossego, localizada no Município de Ribas do Rio Pardo.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR POSSÍVEL OCORRÊNCIA DE DANO AMBIENTAL CONSISTENTE EM POSSÍVEL DESMATAMENTO NA ÁREA DE RESERVA LEGAL DA PROPRIEDADE RURAL DENOMINADA FAZENDA SOSSEGO, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE RIBAS DO RIO PARDO. DANO AMBIENTAL NÃO CONFIRMADO. IMÓVEL INSCRITO NO CADASTRO AMBIENTAL RURAL. OBSERVÂNCIA AO ENUNCIADO Nº 10 DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto, conforme vistoria realizada pelo DAEX na Fazenda Sossego, não restou comprovado o dano ambiental na área tida inicialmente como degradada, não havendo lesão ao meio ambiente a ser reparada. Ainda, há registro de que a proprietária inscreveu o imóvel no cadastro ambiental rural (CAR), estando regularizada sua situação ambiental. Assim, em observância ao Enunciado nº 10/CSMP, o qual estabelece que na ausência de dano ambiental a inscrição da propriedade no CAR é suficiente para subsidiar a promoção de arquivamento do procedimento, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00001496-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Mundo Novo

Requerente: Mistério Público Estadual

Requeridos: Cilimar Salvador, Alvori Junior de Lima e Arthuri Pedro Santana de Lima

Assunto: Apurar possível dano ambiental (retirada de árvores nativas) dentro da Fazenda Brasil - Japorã/MS, conforme Auto de Infração / IMASUL n. 22620.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR POSSÍVEL DANO AMBIENTAL (RETIRADA DE ÁRVORES NATIVAS) DENTRO DA FAZENDA BRASIL - JAPORÃ/MS, CONFORME AUTO DE INFRAÇÃO / IMASUL N. 22620. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO SAJ/MP ENUNCIADO Nº 09/CSMP E ARTS. 26, 38 E 39, DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007-PGJ. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com os requeridos, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos do art. 39, da Resolução nº 15/2007, da Procuradoria-Geral de Justiça, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003377-6 (fl. 206) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00002990-2

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Mistério Público Estadual

Requerido: Waldir Aparecido Capuci

Assunto: Apurar o desmatamento de quatro áreas somando 231,56 ha, ocorrido na Fazenda Rancho Alegre de propriedade de Waldir Aparecido Capuci, conforme Parecer do NUGEO n. 856/17.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR O DESMATAMENTO DE QUATRO ÁREAS SOMANDO 231,56 HA, OCORRIDO NA FAZENDA RANCHO ALEGRE DE PROPRIEDADE DE WALDIR APARECIDO CAPUCI, CONFORME PARECER DO NUGEO N. 856/17. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO SAJ/MP ENUNCIADO Nº 09/CSMP E ARTS. 26, 38 E 39, DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007-PGJ. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos do art. 39, da Resolução nº 15/2007, da Procuradoria-Geral de Justiça, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003292-2 (fls. 185-187) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7.1.7. RELATOR-CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:**1. Inquérito Civil nº 06.2019.00000269-4**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

Requerente: Parte Sigilosa

Requeridos: Almir de Oliveira Avila e Adilson Lemes

Assunto: Apurar eventual ilegalidade em relação ao desvio de local de trabalho do servidor público Adilson Lemes, lotado na Câmara Municipal de Camapuã, mas cedido verbalmente para a APAE.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL ILEGALIDADE EM RELAÇÃO AO DESVIO DE LOCAL DE TRABALHO DO SERVIDOR PÚBLICO ADILSON LEMES, LOTADO NA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ, MAS CEDIDO VERBALMENTE PARA A APAE – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. As irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas sem a necessidade de celebração de ajuste de conduta ou de ação civil pública; 2. A Câmara Municipal regularizou a questão por meio do Decreto nº 15/2019, de 1.3.2019, que trata da cedência do referido servidor para a APAE de Camapuã, por prazo determinado até 31.12.2019; 3. Restou demonstrado que a função exercida em razão da cedência é compatível com o cargo originário, não havendo falar em desvio de função pelo servidor público em questão; 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho

Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

Campo Grande, 20 de novembro de 2019.

ALEXANDRE LIMA RASLAN
Procurador de Justiça
Secretário do Conselho Superior do MP

ESCOLA SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 1/2019-CAC, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2019.

Aprova o Regimento Interno do Conselho Administrativo-Consultivo da Escola Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

O CONSELHO ADMINISTRATIVO-CONSULTIVO DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no exercício da atribuição a que se refere o inciso XIII do art. 26 da Resolução nº 15/2017-PGJ, de 5 de julho de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, nos termos do Anexo Único desta Resolução, o Regimento Interno do Conselho Administrativo-Consultivo da Escola Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, MS, 20 de novembro de 2019.

JACEGUARA DANTAS DA SILVA
Diretora-Geral da Escola Superior do Ministério Público
Presidente do Conselho Administrativo-Consultivo

Anexo Único da Resolução nº 1/2019-CAC, de 20 de novembro de 2019

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO-CONSULTIVO DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

CAPÍTULO I DA COMPETÊNCIA

Art. 1º Ao Conselho Administrativo-Consultivo, CAC, da Escola Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, ESMP-MS, instituído por meio da Resolução nº 15/2017-PGJ, de 5 de julho de 2017, com fundamento no disposto no art. 41-A, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, compete:

- I - fixar as diretrizes de atuação da ESMP-MS;
- II - deliberar sobre a orientação e as diretrizes relativas à formação inicial e permanente dos integrantes da carreira do Ministério Público;
- III - aprovar o Plano Anual de Cursos e Eventos, PACE;
- IV - deliberar sobre o currículo pleno dos cursos de formação inicial e permanente, aprovando e fixando diretrizes dos programas e ementas das disciplinas, bem como propor alterações;

- V - deliberar sobre casos omissos do seu regimento interno e dos regulamentos dos cursos de formação inicial e permanente;
- VI - deliberar sobre a indicação do corpo docente da ESMP-MS;
- VII - estabelecer regras de seleção para o corpo discente da ESMP-MS;
- VIII - aprovar convênios;
- IX - aprovar os instrumentos normativos internos relativos às atividades de ensino e administrativas, propostas pelo Diretor-Geral da ESMP-MS;
- X - aprovar o Relatório Anual da ESMP-MS;
- XI - apreciar o Programa Anual das Atividades da ESMP-MS;
- XII - aprovar planejamento financeiro do valor de inscrição ou mensalidade a ser recolhida pelos interessados nas atividades;
- XIII - deliberar sobre a aplicação dos recursos do Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público, FEADMP;
- XIV - aprovar seu regimento interno;
- XV - manifestar-se a respeito da contratação, para o atendimento de necessidades específicas, de professores que não sejam membros nem servidores do Ministério Público e que tenham capacidade didática, pós-graduação e notório saber, para ministrar aulas e colaborar nas atividades científicas ou de pesquisas;
- XVI - designar membro para presidir as comissões de trabalho de que trata o art. 15 deste Regimento;
- XVII - exercer outras funções inerentes à natureza de suas atribuições.

CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO

Art. 2º O CAC da ESMP-MS será integrado pelo Diretor-Geral, que o presidirá, bem como por, no mínimo, 3 (três) membros do Ministério Público, indicados pelo Procurador-Geral de Justiça.

CAPÍTULO III DO FUNCIONAMENTO

Art. 3º O CAC reunir-se-á ordinariamente, uma vez a cada bimestre, e extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente.

§ 1º As reuniões serão presididas pelo Diretor-Geral e, nos seus impedimentos ou ausências, este será substituído por membro do CAC designado pelo Procurador-Geral de Justiça.

§ 2º Os dias e horários de realização das reuniões ordinárias serão estabelecidos de comum acordo entre os integrantes do Conselho.

§ 3º Poderão ser convidados a participar das reuniões, sem direito a voto, representantes dos demais departamentos, divisões e setores do Ministério Público, bem como especialistas ou colaboradores externos que possam contribuir para o esclarecimento das matérias abordadas, sendo-lhes concedido o prazo de 15 (quinze) minutos para exposição, podendo ser prorrogado por igual período.

§ 4º As reuniões deverão ser registradas em ata, que será assinada por todos os participantes após sua aprovação.

Art. 4º As deliberações do CAC, observado o quórum estabelecido na Resolução nº 15/2017-PGJ, serão tomadas pela maioria simples dos integrantes presentes.

CAPÍTULO IV ATRIBUIÇÕES DOS INTEGRANTES

Art. 5º Compete ao Presidente do CAC:

- I - elaborar a pauta de reunião;
- II - receber e decidir sobre as solicitações e requerimentos de inclusão de itens na pauta dos demais Conselheiros;
- III - abrir os trabalhos do colegiado;
- IV - dar ciência da pauta do dia aos presentes;
- V - submeter à aprovação dos presentes a ata da reunião anterior;
- VI - orientar os trabalhos e sua distribuição;
- VII - assinar ofícios, memorandos ou outros expedientes em nome do Conselho, com base nas respectivas deliberações;

- VIII - coletar os votos;
- IX - promover as comunicações necessárias aos trabalhos do Conselho;
- X - convocar reuniões extraordinárias, quando necessário, designando dia, horário e local;
- XI - constituir as comissões de trabalho aprovadas pelo Conselho;
- XII - indicar membro ao Conselho para presidir as comissões de trabalho;
- XIII - exercer outras funções inerentes à natureza de suas atribuições.

Art. 6º Para a elaboração da ata e a preparação das pautas e dos documentos necessários ao funcionamento do órgão, o CAC será secretariado por servidor da ESMP-MS designado pelo Diretor-Geral.

Art. 7º Ao servidor designado para a função de secretariar o CAC incumbe:

- I - redigir a ata de cada reunião e assiná-la juntamente com o Diretor-Geral e demais participantes;
- II - submeter à análise dos Conselheiros, no início de cada reunião, a ata da reunião anterior;
- III - realizar o controle dos presentes às reuniões, fazendo circular lista de presença;
- IV - divulgar as pautas e atas das reuniões;
- V - reservar a sala de reuniões;
- VI - disponibilizar o material de trabalho;
- VII - auxiliar o Diretor-Geral no desempenho de suas atribuições.

§ 1º A pauta e o material das reuniões deverão ser disponibilizados aos integrantes do Conselho com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, de preferência em meio eletrônico.

§ 2º Constarão da ata:

- I - os nomes dos presentes;
- II - os nomes dos ausentes e eventuais justificativas;
- III - a ordem do dia;
- IV - a matéria votada, com o respectivo quórum;
- V - as pendências identificadas, os responsáveis por solucioná-las, bem como a data para apresentação de sugestões submetidas à deliberação;
- VI - os incidentes e requerimentos.

Art. 8º Compete aos membros do CAC da ESMP-MS:

- I - comparecer regularmente às reuniões;
- II - cumprir os prazos estabelecidos para a emissão de pareceres, relatórios e votos;
- III - solicitar ou requerer a inclusão de itens ao Presidente do CAC;
- IV - solicitar a constituição de comissão de trabalho para auxiliar a tomada de decisão e a execução de tarefas em assuntos de natureza técnica;
- V - conhecer a estrutura organizacional da ESMP-MS, suas rotinas e estrutura de pessoal;
- VI - agir com independência e imparcialidade em suas manifestações;
- VII - acompanhar a execução do Programa Anual das Atividades e do PACE da ESMP-MS, apresentando críticas e sugestões para o seu melhor desempenho;
- VIII - participar, quando necessário, dos treinamentos e dos eventos de aperfeiçoamento realizados pela ESMP-MS;
- IX - exercer outras atribuições compatíveis com aquelas do CAC da ESMP-MS.

Parágrafo único. Os membros do Conselho poderão requerer vista de qualquer processo em apreciação, pelo prazo de 5 (cinco) dias, devendo restituir os autos, ao fim desse prazo, com manifestação escrita.

CAPÍTULO V DA ORDEM DOS TRABALHOS

Art. 9º As reuniões do CAC serão divididas em duas partes, a primeira dedicada ao expediente e a segunda, à ordem do dia.

§ 1º A primeira parte compreende a discussão e aprovação da ata da reunião anterior, bem como as comunicações do Diretor-Geral e dos demais integrantes do CAC.

§ 2º A segunda parte compreende a leitura da pauta, bem como a discussão e a votação das questões sob exame.

Art. 10. Nos casos em que houver empate em votação, caberá ao Diretor-Geral o voto de desempate, além do voto ordinário.

§ 1º Nenhum integrante poderá escusar-se de votar, salvo nos casos de impedimento ou suspeição.

§ 2º Após o voto de todos os integrantes, o Diretor-Geral declarará encerrada a votação e proclamará o resultado.

Art. 11. Iniciada a fase deliberativa, o Diretor-Geral dará a palavra aos relatores eventualmente designados para as matérias em discussão, de acordo com a ordem de inclusão em pauta, ressalvada a possibilidade de definição, por maioria dos votos, de ordem diversa de votação.

Art. 12. As intervenções dos integrantes do Conselho nas reuniões de trabalho observarão sua ordem de inscrição, ressalvada a possibilidade de antecipação com a concordância dos demais inscritos.

Art. 13. As deliberações poderão ser revistas, excepcionalmente, com o voto da maioria absoluta, mediante provocação de qualquer membro.

Art. 14. É facultado ao Presidente do CAC tomar decisões *ad referendum* em matérias afetas à atribuição do colegiado, nos casos em que houver urgência fundamentada, submetendo a matéria à apreciação do colegiado na primeira reunião ordinária ou extraordinária que se seguir à prática do ato.

Art. 15. O CAC poderá constituir comissões de trabalho para auxiliar a tomada de decisão e a execução de tarefas em assuntos de natureza técnica.

§ 1º Para a composição das comissões de trabalho, o CAC poderá solicitar ao Procurador-Geral de Justiça a designação de servidores lotados em outros setores do Ministério Público dotados de conhecimento ou capacitação necessários à execução de atividades de atribuição do colegiado.

§ 2º Cada comissão definirá em seu primeiro encontro de trabalho a frequência, o dia e o horário em que se reunirá ordinariamente.

§ 3º Os estudos, propostas e encaminhamentos deliberados no âmbito das comissões serão submetidos à deliberação do Conselho Administrativo-Consultivo.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. As deliberações do CAC que possuam caráter geral ou normativo serão formalizadas por meio de resoluções, assinadas pelo Diretor-Geral.

Art. 17. O Conselheiro que não puder comparecer a reunião designada deverá comunicar sua ausência à secretaria com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 18. Este Regimento Interno poderá ser modificado mediante proposta de qualquer de seus integrantes, mediante deliberação da maioria absoluta dos votantes.

Art. 19. Os casos omissos serão decididos pelo Presidente do CAC.

Art. 20. Este ato entra em vigor na data de sua assinatura.

Campo Grande, MS, 20 de novembro de 2019.

JACEGUARA DANTAS DA SILVA

Diretora-Geral da Escola Superior do Ministério Público

Presidente do Conselho Administrativo-Consultivo

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE005990 DE 19.11.2019 DO PROCESSO PGJ/10/4540/2019**

Credor: REZENDE & DINIZ NETO LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Ata de Registro de Preço nº 6/PGJ/2019 - Pregão Presencial nº 12/PGJ/2019.**

Objeto: Prestação de serviços gráficos de impressão de apostilas, blocos de notas, cartilhas, pastas para evento, gibis e outros materiais gráficos personalizados, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 679,00 (seiscentos e setenta e nove reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE005990 de 19.11.2019.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL N. 015/2019/32PJ/CGR**

A 32.^a Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, nº 180, Chácara Cachoeira.

Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil 06.2019.00001699-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande – SESAU.

Assunto: Apurar eventual ingerência do Grupo de Apoio Especial na classificação de risco realizada pelos enfermeiros e médicos nas Unidades de Saúde da Rede de Urgência da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande.

Campo Grande, MS, 18 de novembro de 2019.

DANIELA CRISTINA GUIOTTI

Promotora de Justiça

INQUÉRITO CIVIL N.º 06.2018.00002963-5

ÓRGÃO DE EXECUÇÃO: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PONTA PORÃ

ÁREA DE TUTELA: PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

ABRANGÊNCIA: REGIONAL

PARTES:

COMPROMITENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

COMPROMISSÁRIO: JARBAS SOTERO PREBITZ, brasileiro, casado, escrivão de polícia judiciária, portador do RG n. 54370113 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o n. 740.020.829-20, com endereço profissional à rua Cuiabá, n. 1828, centro, Dourados (MS).

OBJETO DO COMPROMISSO: Resguardar, preservar e proteger o patrimônio público e a moralidade administrativa.

ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA CONSULTA DE INTEIRO TEOR DO PROCEDIMENTO E DO TAC:

<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

DATA DA ASSINATURA: 13/11/2019.

LUIZ EDUARDO LEMOS DE ALMEIDA

Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

NAVIRAÍ

EDITAL Nº 0010/2019/01PJ/NVR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Naviraí/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua dos Pioneiros, 50, Centro. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço:

<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001702-1/1ª PJ do Meio Ambiente

Requerente: Ministério Público Estadual - 1ª Promotoria de Justiça de Naviraí/MS

Requerido: Mardônio Gonçalves Silva

Assunto: apurar o contido no auto de infração 20983, constante em supressão de vegetação nativa objeto de preservação na Fazenda Santa Helena em Naviraí.

Naviraí, 19 de novembro de 2019.

PAULO DA GRAÇA RIQUELME DE MACEDO JÚNIOR

Promotor de Justiça

SÃO GABRIEL DO OESTE

EDITAL Nº 0004/2019/1ªPJ-SGO

A 1.ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Gabriel do Oeste torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2019.00001579-0, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Mato Grosso do Sul, 1745, Centro, em São Gabriel do Oeste/MS ou através do endereço na Internet: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2019.00001579-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Jeferson Luiz Tomazoni - Prefeito Municipal.

Assunto: apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa decorrente de omissão do Chefe do Poder Executivo municipal na revisão decenal do Plano Diretor do Município de São Gabriel do Oeste/MS.

São Gabriel do Oeste/MS, 30 de outubro de 2019.

DANIEL HIGA DE OLIVEIRA

Promotor de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

ANGÉLICA

EDITAL Nº 026/2019/PJ/AIC

A Promotoria de Justiça da Comarca de Angélica/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Stefan Dudas, 565, Bairro Industrial, Angélica/MS, CEP 79.785.000, e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço <http://consultaprocedimento.mpms.br>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001726-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeitura Municipal de Angélica/MS

Assunto: Apurar eventual omissão do Município de Angélica em providenciar dependência para a realização de acolhimento institucional de crianças e adolescentes.

Angélica/MS, 20 de novembro de 2019

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI

Promotor de Justiça

DOIS IRMÃOS DO BURITI

EDITAL 0003/2019/PJ/DIB

Autos de Inquérito Civil nº 06.2019.00000253-9

A Promotoria de Justiça de Dois Irmãos do Buriti/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2019.00000253-9, o qual se encontra à disposição na Av. Reginaldo Lemes da Silva, 763, Centro, Dois Irmãos do Buriti/MS.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos/Interessado: A apurar

Assunto: Apurar possível prática ilícitos, por agentes penitenciários, contra custodiado no Estabelecimento Penal de Dois Irmãos do Buriti/MS, no ano de 2018".

Dois Irmãos do Buriti-MS, 27 de junho de 2019

BIANKA M.A MENDES

Promotora de Justiça em Substituição Legal

Portaria nº 1736/2019-PGJ, de 21.5.2019

EDITAL 0004/2019/PJ/DIB

Autos de Inquérito Civil nº 06.2018.00003502-6

A Promotoria de Justiça de Dois Irmãos do Buriti/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00003502-6, o qual se encontra à disposição na Av. Reginaldo Lemes da Silva, 763, Centro, Dois Irmãos do Buriti/MS.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dois Irmãos de Buriti /MS

Assunto: apurar notícia a acerca de desvio de combustíveis, lubrificantes e pneus da frota de ônibus da Secretaria de Educação da Prefeitura de Dois Irmãos do Buriti/MS pelo funcionário conhecido como "Rogério Semprebom"

MIGRADO DO PA 001/2015

Dois Irmãos do Buriti-MS, 27 de junho de 2019

BIANKA M.A MENDES

Promotora de Justiça em Substituição Legal

Portaria nº 1736/2019-PGJ, de 21.5.2019

EDITAL 0005/2019/PJ/DIB

Autos de Inquérito Civil nº 06.2019.00000254-0

A Promotoria de Justiça de Dois Irmãos do Buriti/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2019.00000254-0, o qual se encontra à disposição na Av. Reginaldo Lemes da Silva, 763, Centro, Dois Irmãos do Buriti/MS.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos/Interessado: A apurar

Assunto: Apurar eventual ocorrência de nepotismo direto e cruzado no âmbito do Poder Executivo do Município de Dois Irmãos do Buriti/MS.

Dois Irmãos do Buriti-MS, 27 de junho de 2019.

BIANKA M.A MENDES

Promotora de Justiça em Substituição Legal

Portaria nº 1736/2019-PGJ, de 21.5.2019

EDITAL 0015/2019/PJ/DIB

Autos de Inquérito Civil nº 06.2018.00003501-5

A Promotoria de Justiça de Dois Irmãos do Buriti/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00003501-5, o qual se encontra à disposição na Rua Reginaldo Lemes da Silva, 763, Centro, Dois Irmãos do Buriti/MS.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos/Interessado: Município de Dois Irmãos de Buriti /MS

Assunto: Apurar irregularidade a Unidade Básica de Saúde da Família de Dois Irmãos do Buriti quanto ao não atendimento de pacientes e indevidos encaminhamentos à UBSF.

Dois Irmãos do Buriti-MS, 13 de agosto de 2019

BIANKA M. A. MENDES

Promotora de Justiça em Substituição